OBRAS DO AUCTOR:

Populações meridionaes do Brazil — 2.ª edição, São Paulo, 1922.
Pequenos estudos de Psycologia Social — 2.ª edição, São Paulo, 1923.
O idealismo na evolução politica do Imperio e da Republica; São Paulo, 1922.
Evolução do povo brazileiro — São Paulo, 1923.
O occaso do Imperio — São Paulo, 1926.

OLIVEIRA VIANNA

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

1927
EDIÇÃO DE
TERRA DE SOL
RIO DE JANEIRO

PREFACIO

Ha presentemente um certo movimento de interesse em torno da velha these da democracia. Revivem-se antigos debates sobre a soberania do povo, sobre o direito do suffragio, sobre a representação politica, sobre o principio da liberdade. Eu observo, cheio de attenção e curiosidades, todas essas agitações, de que o nucleo paulista, sempre vivaz, parece ser o centro de irradiação.

Em tudo isto, o que me interessa, o que eu procuro ver não são as agitações em si mesmas, mas principalmente os agitadores. No Brasil, os agitadores são infinitamente mais interessantes do que as agitações. Em bôa ver-

dade o que me interessa é, antes de tudo, a mentalidade dos agitadores.

Tenho a impressão (confesso que é uma simples impressão, e não um juizo) de que esta moderna mentalidade agitadora não differe muito da mentalidade antiga — a que, ha cem annos, vem «sonhando» a democracia no Brasil. Os agitadores de hoje «sonham» a democracia como «sonharam» os da Independencia; os da constituinte imperial; os do 7 de Abril; os da reacção liberal de 68; os do manifesto de 70; os da Constituinte republicana. Idéas, processos, objectivos: os mesmos. Os de hoje como os de hontem, como os de ante-hontem.

Os de hoje, entretanto, tem diante dos olhos um material precioso — este material precioso, que os seus antecessores não tiveram: cem annos de experiencia da democracia no Brasil.

Estes cem annos de experiencia, como apparecem aos olhos destes agitadores? Que parte tem na formação das suas idéas politicas e dos seus planos reformadores?

Não quero dizel-o; talvez mesmo não saiba dizel-o. Isto depende muito da cathegoria de

espirito, a que pertencem estes agitadores. Se ha espiritos «extroversos» e espiritos «introversos», como quer a moderna classificação de Jung, esta larga experiencia social de cem annos pode ter um valor enorme e pode não ter valor algum.

Em nosso paiz, na sua elite politica principalmente, dominam os espiritos deste ultimo typo de Jung. Ora, para estes póde-se dizer que a realidade social não existe portanto, a experiencia social vale pouco, ou nada vale. Cem annos de experiencia, um anno de experiencia ou nenhuma experiencia são para elles a mesma cousa. Os espiritos deste typo é que tem feito aqui aquella illusoria «politica syllogistica», da ironia de Nabuco: — «uma pura arte da construcção no vacuo: a base são as theses, e não os factos; o material, ideaes e não homens; a situação, o mundo e não o paiz; os habitantes, as gerações futuras e não as actuaes».

Os espiritos, porém, para os quaes a realidade social existe; que consideram as sociedades humanas uma cousa viva, uma creação natural, com estructura e dynamismo proprios; para estes espiritos esses cem annos de ex-

No Brasil, o problema fundamental da organisação democratica não pode ser este, não póde ser o mesmo da America e da Europa. O nosso problema politico fundamental não é o problema do voto — e sim o problema da organisação da opinião. Esta organisação da opinião europeus e americanos não se preoccupam com ella; é problema que não os interessa; porque já o encontram resolvido pela historia — por uma cultura civica accumulada em mil annos de evolução politica.

Nós não podemos ter a mesma attitude. Temos que supprir pela acção consciente e até onde fôr possivel, aquillo que a nossa evolução historica ainda não nos poude dar.

O problema da organisação do voto só seria o problema capital da nossa democracia, se aqui, á maneira da Europa ou da America, a opinião já estivesse organisada. Ora, não ha maior illusão do que suppôr que no Brasil ha opinião organisada. Este volume, nos oito capitulos de que se compõem, visa justamente deixar demonstrada esta these.

Os povos contemporaneos, ou melhor, as democracias contemporaneas podem ser classificadas em dous grupos: as democracias de

opinião organisada e as democracias de opinião, simplesmente. Os inglezes e os americanos pertencem ao primeiro grupo. Nós, pertencemos ao segundo grupo — o das democracias de opinião, simplesmente.

Ora, o grande problema está em fazer evoluir a nossa democracia, desta sua condição actual, para uma democracia de opinião organisada.

OLIVEIRA VIANNA.

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

I

Estava muito longe da grandeza épica da Constituinte Imperial a Constituinte Republicana.

Na Constituinte Imperial os nomes que nella concorriam eram os maiores do paiz pelo prestigio da cultura, da intelligencia, do caracter ou da situação social. Os grandes estadistas que consolidaram o Imperio e construiram o poder politico da nação, sahiram della ou nella estavam, com excepção de Feijó e Bernardo de Vasconcellos. Elles tinham, ao demais, a immensa autori-

dade de um mandato verdadeiramente nacional — pois eram realmente, e não ficticiamente, «representantes da nação». Embora, na sua totalidade, fluctuando nos intermundios do utopismo doutrinario, eram espiritos fortemente compenetrados das suas idéas; todos fundamente empenhados numa grande tarefa, aos seus olhos sagrada, de construcção nacional; todos repassados daquelle «tremendous sense of personal responsability», de que fala van Dyke. Erraram largamente; mas, dos seus erros se pode dizer o que dos erros dos japonezes disse alguem — que foram «erros de força» e não «erros de fraqueza» (1).

Na Constituinte Republicana, nada disto. Já as proprias fontes da sua autoridade não eram de pureza absoluta: o mandato que receberam não lhes vinha de uma delegação nacional, comparavel á de que resultára a Constituinte Imperial; mas, sim, de um embuste formidavel, conscientemente preparado, atravez do famoso «regulamen-

(1) *v.* Oliveira Vianna — *O idealismo na evolução politica do Imperio e da Republica.*

to Alvim», com o fito declarado de abafar qualquer manifestação do povo contraria á idéa republicana. Emanando de fontes tão suspeitas, a Constituinte Republicana não podia ter, de certo, grande autoridade moral sobre o paiz — e, realmente, não a teve: o seu presidente, Prudente de Moraes, homem austero e digno, confessara, ao encerral-a, que a Constituinte fôra recebida «com muito desfavor e muita prevenção pela opinião publica».

O grupo republicano, por occasião do movimento de 89, era, realmente, uma minoria relativamente insignificante, disseminada pelo paiz, tendo como centros de maior actividade o Rio e São Paulo. O grosso da massa politicante se distribuia entre as duas facções tradicionaes: a liberal e a conservadora. Com a irrupção republicana, esses velhos quadros partidarios desappareceram, quebrando-se em milhares de fragmentos, cada um constituido de um pequeno clan aggrupado em torno de um pequeno chefe. Em regra, esse pequeno chefe não representava — pelo menos na provincia — o elemento local mais

prestigioso no ponto de vista politico: o que havia de mais prestigioso e fino na velha aristocracia local, quando se deu o golpe de 15 de Novembro, ou retrahiu-se, fechando-se dentro do culto platonico da monarchia, ou tomou uma attitude discreta aguardando o rumo ulterior dos acontecimentos. De modo que, em sua maioria, os clans partidarios, que se organizaram por todo o paiz, em substituição das velhas organizações monarchicas, não tinham propriamente á sua frente as figuras de mais autoridade no seio das élites politicantes. Havia alli — com notaveis e brilhantes excepções — muita entidade entrelopa, muito arrivista, muito *nouveau-riche* politico, sem grande solidez de estructura no caracter e sem grande lastro de escrupulos na consciencia, e que se haviam arremessado sobre as situações politicas, abandonadas pela velha guarda, com a mesma despreoccupação de linha e de attitudes de uma patrulha de assalto pondo em saque uma cidade deserta.

Ha ainda um outro traço, que descrimina as duas grandes assembléas consti-

tuintes. Os constituintes do Imperio eram homens todos animados de altos ideaes politicos: como já vimos, todos se uniam no ardente e claro pensamento de construir uma patria. Na Constituinte da Republica, o pensamento politico, que a animou, não tinha, no espirito da maioria, a clareza e a intensidade do ideal, que inspirara os constituintes imperiaes. Para muitos, a Republica era uma aspiração de ultima hora; para outros, um simples movimento de represalia; e para outros ainda — os «historicos» por exemplo — puro thema para declamações sonoras, e nunca uma convicção clara e profunda, «written on the fleshly tablets of the heart». De modo que, quando se deu a queda do velho regimen, o pensamento republicano não havia attingido a sua plena maturidade: não havia ainda saturado a consciencia do paiz. Por isto, os expoentes do ideal republicano, na Constituinte ou fóra della, não pareciam muito senhores da sua idéa matriz: a impressão que nos dão é que não sabiam bem o que queriam, nem bem o que era preciso fazer. Bons rapazes, que se haviam adestrado em

atirar pedras no governo, colhidos de surpresa para a grave missão de estadistas, tiveram que improvisar ás pressas um programma de construcção. Preoccupados, desde 70, em fazer opposição ao poder (como se costuma fazer opposição entre nós), elles realmente não haviam pensado nisto até 14 de Novembro de 89 e, quando, a 16 do mesmo mez e anno, foram forçados a pensar nisto, sentiram-se visivelmente embaraçados.

Elles se haviam contentado até então com um vago programma de aspirações vagas formulado em phrases vagas: os «immortaes principios», o «regimen da opinião», a «soberania do povo», a «organisação federativa», o «principio da liberdade», a «democracia», a «republica», etc. O manifesto de 70 é um magnifico exemplo desse culto das generalidades sonoras, que constitue o fundo da mentalidade dos republicanos da propaganda. Quando, vinte annos depois, se apossaram do governo do paiz, essa mentalidade não se havia modificado um apice no seu feitio literario, declamador e doutrinario.

O traço mais distinctivo dessa mentalidade era a crença no poder das formulas escriptas. Para esses sonhadores, pôr em letra de forma uma idéa era, de si mesma, realisal-a. Escrever no papel uma Constituição era fazel-a para logo cousa viva e actuante: as palavras tinham o poder magico de dar realidade e corpo ás idéas por ellas representadas.

Dizia Ihering que ninguem pode mover uma roda lendo apenas diante della um estudo sobre a theoria do movimento. Os republicanos historicos, especialmente os constituintes de 91, dir-se-hiam que estavam convencidos justamente do contrario disto — e que, pelo simples poder das formulas escriptas, não só era possivel mover-se uma roda, como mesmo mover-se uma nação inteira.

Neste estado de espirito é que elaboraram a Constituição de 24 de Fevereiro.

II

Disse Eça de Queiroz que, dos males que affligiam Portugal, uns eram devidos ao proprio temperamento do povo, mas que outros eram «traduzidos do francez». Com os nossos podemos dizer a mesma cousa. Dos males que nos tem affligido desde a nossa emancipação em 22, uns resultam das condições mesmas da nossa formação social, mas outros são simples translações dos males alheios em vernaculo — e os idealistas republicanos, os constructores da Constituição de 24, infelizmente parece terem-se devotado mais aos males desta ultima especie do que aos males da primeira cathegoria. Excellentes traductores de males estranhos; pessimos interpretes dos nos-

sos proprios males. É natural, pois, que a sua obra maxima — a Constituição Federativa, — não tenha sido outra cousa sinão uma obra doutrinariamente bella, mas fatalmente votada ao fracasso immediato. Em verdade, esta Constituição nunca foi posta em pratica, como veremos: pode-se dizer que ella, como as crianças mal nascidas, morreu do mal de sete dias. Ella trazia, aliás, no sangue, atravez a propria Constituinte, eleita pelo regulamento Alvim, a carga da heredo-syphilis, que haveria de gafar-lhe, desde o berço, a innocencia de recem-nada e exanthemar-lhe de placas suspeitas a epidermezinha delicada.

Esta Constituição resume, entretanto, nas suas paginas, tudo o que havia de mais liberal nas correntes idealistas da epoca; de modo que nos artigos deste codigo fundamental podemos ver uma bella synthese de toda a ideologia republicana dos primeiros dias.

Esta ideologia era uma mistura um tanto internacional e, por isso mesmo, heterogenea do democracismo francez, do liberalismo inglez e do federalismo americano.

Tinha os seus crentes e tambem tinha os seus fanaticos: o que não parecia ter eram os seus scepticos e os seus negadores. Por aquella epoca, a crença nas virtudes do Liberalismo, do Federalismo e da Democracracia era tão profunda como a dos feiticeiros nas virtudes dos seus esconjuros e das suas mandingas: a mais leve expressão de duvida sobre a excellencia destas formulas politicas acarretaria para o dissidente as agruras da lapidação; quando menos, elle soffreria a dôr de se ver alcunhado de «retrogrado» — offensa tremenda para aquelles tempos. Os que se aggrupavam em torno dos chamados «propagandistas» esperavam as bemaventuranças da Republica, da Democracia e da Federação no mesmo estado de exaltação mistica com que os camponezes, que acompanhavam Jesús pelas estradas da Galiléa, esperavam o «reino de Deus».

Veio a Republica. Veio a Democracia. Veio a Federação. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada — e esse desapontamento se accentuou, com o tempo, numa permanente desillusão. Os mais fortemente desilludidos foram precisamente os mais ardentes evangelisadores do novo credo. Os Christos da Nova Revelação foram justamente os que mais alto fizeram resôar o refrão do seu desanimo. — *Não era esta a Republica dos meus sonhos!* diziam, succumbidos e cheios de melancolia.

Houve, portanto, uma força estranha, um factor occulto, que transmudou o ouro da idealidade mais pura no chumbo vil da mais triste realidade? Sim, houve. Esse factor foi: 1.º — o momento historico; 2.º — a propria nação.

III

O «momento» em que os novos ideaes republicanos foram postos em pratica, era realmente o menos proprio para objectival-os: tudo conspirava para fazel-os fracassar. Mesmo que elles se ajustassem á estructura da nacionalidade e ao seu espirito, ainda assim o momento condemnava-os a uma fallencia inevitavel.

Em primeiro logar, faltou-lhes uma classe social que os encarnasse. A realisação de um grande ideal nunca é obra collectiva da massa, mas sim de uma élite, de um grupo, de uma classe, que com elle se identifica, que por elle peleja, que, quando victoriosa, lhe dá realidade e lhe assegura a execução. Ora, tudo isto faltou intei-

ramente á Constituição Republicana — synthese das aspirações dos evangelisadores do novo regimen:

O grupo republicano era, com effeito, diminutissimo: não representava nem um nucleo fortemente solidario, nem uma classe prestigiosa da sociedade. Formava-se de elementos esparsos, vindos de todas as classes; afinal, não passava de um bando reduzissimo de sonhadores agitando-se, numa actividade intermittente e dispersiva, atravez a incuriosidade ou indifferença de um paiz immenso. Os elementos politicos, que iam pôr em acção o delicado mecanismo das novas instituições, eram, na sua maioria, principalmente nos Estados, elementos inteiramente estranhos ao idealismo dos evangelistas republicanos — e, ao agirem, agiam, não como homens de ideal, transfigurados pela Fé, mas apenas como homens do seu meio, do seu tempo e da sua raça — o que equivale dizer, como veremos, que agiam em completo desaccordo com o espirito idealista da Constituição.

Em segundo logar, as condições economicas da sociedade eram perfeitamente im-

proprias a qualquer surto de idealidade politica. O decreto da abolição do trabalho servil havia explodido com a violencia de uma mina subterranea, e a sociedade inteira, de baixo acima, se abalou, estremeceu e, em muitos pontos, derruiu completamente. Todas as classes soffreram uma profunda perturbação na sua estructura — umas directamente, como a agricola; outras, indirectamente, com a repercussão do abalo soffrido pelas primeiras.

Foi nesse meio agitado e instabilissimo que a Republica surgiu e a nova Constituição foi promulgada. No fundo, a abolição do trabalho escravo desorganisára o systema de meios de vida da aristocracia nacional — e a Republica a encontrou na situação de quem procura urgentemente uma nova base economica. Ora, essa situação era a menos propria para attitudes desprendidas e desinteressadas, indispensaveis á objectivação dos altos principios idealistas consubstanciados no texto da Constituição.

Tanto mais quanto essa aristocracia, deslocada da sua grande industria da terra, passou a encontrar no Estado uma nova

base economica, que lhe substituiu a antiga base economica destruida. Essa nova base economica foi a industria do emprego publico, que o novo regimen fundou e que se tornou para a grande aristocracia nacional mais vantajosa e lucrativa do que a velha industria da exploração da terra, então profundamente desorganisada. O novo regimen, aliás, pelo seu caracter democratico, como pelo seu espirito descentralisador e federativo, multiplicara prodigiosamente, na União, nos Estados e nos Municipios, os cargos administrativos e os cargos de representação; de modo que a elite politica, constituida justamente, na sua maioria, pelos «desplantados» da abolição, orientou-se toda para as funcções electivas e administrativas e fez do emprego publico o polo de todas as suas aspirações.

Os cargos publicos, — administrativos ou politicos, — passaram a ser disputados, não como meio mais efficiente para realisar o «ideal», o «sonho»; mas, pura e materialmente, como meio de vida. O que se procurava, nessa corrida para a burocracia electiva ou vitalicia, era,

não realisar o grande ideal de 70, mas simplesmente viver. E todos pareciam dizer como Caliban: «— Eu *devo* comer o meu jantar». Ou, mais syntheticamente: — Eu *devo* comer. Em virtude das condições excepcionaes do momento, «comer» fez-se assim o imperativo cathegorico das novas instituições em ensaio, um verdadeiro dever, que todos — uma boa parte dos «historicos»; os «post-historicos» na sua totalidade e, mesmo, alguns «pre-historicos» — cumpriram, como o negro personagem shakespeareano, gostosamente.

Os que conseguiam, dest'arte, alcandorar-se nos postos officiaes ou electivos viam nelles logicamente uma situação definitiva e vitalicia — e a defendiam, por todos os meios, contra o assalto dos novos invasores. Estes, premidos tambem pela força do mesmo imperativo cathegorico, disputavam as situações do poder com a aspera aggressividade dos escaladores de trincheiras. E, para estes, como para aquelles, todos os meios pareciam bons: da fraude desabalada á illegalidade manifesta e ao esbulho clamoroso; da fuzilaria das diatribes e calumnias

impressas ao argumento mais poderoso e rebôante dos canhões da força armada.

Está claro que, num ambiente destes, tão trepidante e perigoso, Ariel, isto é, a Constituição não podia sentir-se bem — e só lhe restava alar-se no ar subtil. O ideal inspirador dos homens deixára de ser aquella *bona libido patriæ gratificandi*, de Sallustio, e passára a ser apenas o *avarus venter* horaciano.

IV

O idealismo republicano falhou, dest'arte, logo no inicio da sua experiencia constitucional, porque eram completamente hostis a qualquer surto idealista as circumstancias do momento historico que envolveram os primeiros annos do novo regimen. Mesmo, porém, que essas circumstancias lhe fossem favoraveis, ainda assim a bella ideologia da Constituinte teria que fracassar da mesma forma, sinão immediatamente, como aconteceu, pelo menos com o correr dos tempos, á medida que se fosse accentuando o desaccordo entre os seus principios e as condições mentaes e estructuraes do nosso povo.

Este desaccordo, a principio, ninguem pareceu percebel-o bem. Como já vimos, os republicanos viviam então na crença do poder transfigurador das formulas escriptas. Todos elles acreditavam que se um dia o Congresso decretasse que todos os brazileiros, mesmo as crianças de peito, se tornassem para logo patriotas perfeitos e abnegados, para logo todo o Brazil se cobriria de abnegados e perfeitos patriotas; ou se a Constituição declarasse, num dos seus lapidares artigos, que todos os politicos, que — no Estado, nos Municipios e na União — estavam actualmente felicitando o paiz, passassem a possuir o genio politico de um Washington ou de um Bismarck, para logo repullularia, na União, nos Estados e nos Municipios, toda uma floração miraculosa de genios politicos, quando não maiores, ao menos eguaes a Bismarck ou Washington.

Era esta a mentalidade dos primeiros tempos republicanos. Ou melhor, era esta a mentalidade dos republicanos da propaganda e, por contagião, dos post-republicanos do adhesismo.

Com esta mentalidade, está claro que

elles não poderiam comprehender a verdadeira causa do fracasso dos seus ideaes; nem poderiam procural-a nas circumstancias eventuaes do momento; nem, muito menos, no desaccordo entre os dogmas da sua ideologia e a realidade nacional. Para elles, a causa do fracasso não estava no regimen, tal como foi ideado na Constituição; mas apenas nos homens — ou porque «inexperientes», ou porque «corruptos».

Dahi duas grandes correntes de opinião, ou duas attitudes typicas, que dividiram os republicanos dos primeiros tempos e, ainda hoje, os continuam a dividir: a dos «intolerantes», que attribuiam a fallencia do regimen á corrupção dos que detêm eventualmente o poder; e a dos «tolerantes», para os quaes a fallencia do regimen era apenas apparente, porque oriunda da falta de «experiencia» ou de «aprendisagem» das novas instituições.

Estes ultimos, longanimes e um tanto fatalistas, pareciam repetir a legenda d'annunziana de que «o Tempo é o pae dos prodigios» — e ainda hoje os seus epi-

gonos continuam a esperar messianicamente na acção do grande milagreiro...

Os primeiros, porém, os da corrente intolerante, menos longanimes e nada fatalistas, confiavam, e ainda confiam, não no Tempo, mas na Força, ou, mais propriamente, naquella personagem muda da tragedia eschyliana: a Violencia. Embora nem sempre tenham o desassombro de proclamar, como certo philosopho, que «o assassinio politico é a arma do patriotismo desarmado», appellam frequentemente para os quarteis, fazem-se empreiteiros quadriennaes de «salvações», para despejar do poder os «corruptores das instituições», os «violadores da Lei suprema». Quando victoriosos, tentam, elles mesmos, dar realidade á ideologia da Constituição; mas, o facto é que até hoje todas essas tentativas do partido da Força têm sido invariavelmente corôadas pelo fracasso: nenhuma até agora tem conseguido objectivar o «sonho» dos sonhadores de 70 e 91.

Evidentemente, deve haver uma causa mais profunda, que explique tamanha incapacidade e tão longo e continuado in-

successo. Esta causa existe e é, como já assignalamos, o desaccordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional.

Realmente, todo o systema politico engenhado na Constituição assenta-se sobre um certo numero de presumpções, que, entre nós, não tem, nem pode ter, nenhuma objectividade possivel. São presumpções de natureza meramente especulativa, inteiramente fóra das condições reaes da nossa vida collectiva.

Tomemos, por exemplo, a primeira dellas — porque fundamental: a presumpção da existencia aqui dessa cousa que, nos povos de raça saxonia principalmente, se chama «opinião publica». Todo o mechanismo do regimen estabelecido na Constituição gira em torno dessa presumpção central. O que alli se institue é, com effeito, o regimen democratico; portanto, um regimen que deriva da «vontade do Povo Soberano», manifestada pela «Opinião Publica».

Dahi, essa instituição basilar: o suffragio universal. Neste ponto, aliás, a nossa ideologia constitucional não se inspira apenas no magnifico espectaculo das democra-

cias anglo-saxonias, mas tambem nas doutrinas individualistas do convencionalismo francez. O suffragio que ella estabelece é, por isso, o *suffragio individual* e não o *suffragio de classe:* cada cidadão, considerado individualmente, se presume possuir a *independencia* bastante e a *competencia* necessaria para eleger com criterio e consciencia os dirigentes eventuaes da nação, isto é, os executores da «vontade do povo». O conjuncto dessas opiniões individuaes forma a massa magestosa da «Opinião democratica», que elege os governos, que dirige os governos, que applaude os governos, quando bons, e que tambem condemna os governos, quando máus, isto é, quando desobedientes á dita Opinião.

Esta opinião deve revelar-se, porém, atravez dos Partidos. Para os ideologos republicanos, os partidos politicos, á maneira ingleza, são a forma mais legitima, sinão a unica, da manifestação do Povo Soberano. Dahi o empenho, sinão a mania, de todos elles em organisar partidos politicos estaveis, com os seus imponentes directorios centraes, com os seus menos imponen-

tes directorios estaduaes, com os seus ainda menos imponentes directorios municipaes ou districtaes, corôado tudo isto por grandiosos programmas de idéas e reformas perfeitamente liberaes, democraticas e republicanas.

Por esse meio, os milhões de opiniões individuaes, sequiosas de se revelarem, se agglutinariam em grandes massas, em dous ou tres grandes grupos, representando dous ou tres grandes partidos. E teriamos, portanto, estabelecido o pleno regimen da opinião — á maneira do que acontece na America do Norte e na Inglaterra. Com essa Opinião Publica, assim partidariamente arregimentada, poderiamos desde então fruir, com tranquillidade e orgulho justificado, todas as bemaventuranças do regimen do povo pelo povo, a Democracia em summa, a Republica na sua luminosa pureza e formosura.

Contando com isto é que os constituintes de 91, segundo, aliás, as inspirações dos evangelistas de 70, estabeleceram no seu Codigo Fundamental varias prescripções tendentes a facilitar a livre expressão

dessa opinião democratica. Dahi a electividade e a periodicidade, não só da Camara, como tambem do Senado. Dahi a eleição directa e popular do presidente da Republica. Dahi os curtos mandatos presidenciaes. Dahi o *self-government* local, assegurado pela autonomia dos Estados e tambem pela autonomia dos municipios. São tudo outras tantas valvulas por onde se pode manifestar e exteriorisar-se a vontade livre, a opinião consciente e soberana do Povo, ou, pelo menos, dos Partidos.

Como se vê, os republicanos da Constituinte construiram um regimen politico baseado no presupposto da opinião publica organisada, arregimentada e militante. Ora, esta opinião não existia, e ainda não existe, entre nós: logo, ao mechanismo idealisado pelos legisladores de 91 faltava o sopro inspirador do seu dynamismo. Dahi a sua fallencia.

V

Realmente, todo o fracasso do idealismo contido na Constituição de 24 de Fevereiro tem, em synthese, esta causa geral: somos um povo em que a «opinião publica», na sua forma pratica, na sua fórma democratica, na sua forma politica, não existe.

Quando imaginam um «regimen de opinião», os nossos ideologos politicos pensam logo na Inglaterra. Dá-lhes a Inglaterra o mais bello exemplo do governo segundo a vontade do povo.

Ora, o que se chama «opinião» na Inglaterra é cousa muito diversa do que aqui se costuma chamar — opinião.

Em primeiro logar, na Inglaterra essa opinião, que elege, que governa, que julga

os detentores eventuaes do poder, tem uma maravilhosa organisação. É justamente esta maravilhosa organisação que dá á opinião do povo inglez esta formidavel força compulsoria sobre os orgãos do Poder, de modo a tornal-os inteiramente obedientes ás suas inspirações e desejos (1). Esta organisação é constituida por um conjuncto magestoso de «fontes de opinião», representadas, em parte, pelas varias associações de classe, poderosamente unidas e federalisadas, e, em parte, por esses grupos activos e militantes nascidos do admiravel espirito de solidariedade da raça saxonia *(leagues, clubs, committees, societies, etc.)*.

Estes grupos, extraordinariamente vivazes, por um lado, e aquellas associações, não menos extraordinariamente vivazes, por outro lado, se solidarisam em entendimentos mutuos e acabam compellindo o poder a obedecel-os *(pressure from without)*, ou, quando este recalcitra em fazel-o, depõem-no pelo jogo do mechanismo parlamentar e

(1) Vide adeante: *O segredo da opinião ingleza.*

substituem-no por um outro da sua confiança e inspiração.

O «regimen da opinião» na Inglaterra não resulta, pois, exclusivamente do facto dos cidadãos inglezes terem a prerogativa de escolher, pelo direito do voto, os representantes do Poder; mesmo sem o direito do voto, essa poderosa solidariedade de classes, esse espirito popular, militante e infatigavel, acabaria por obrigar, pela simples força moral da sua opinião, os detentores do Poder e a classe propriamente politica a consideral-o, a ouvil-o e a attendel-o. O regimen da opinião *pre-existe* á prerogativa eleitoral — e a sua razão de ser está nestes dous attributos intransferiveis do cidadão inglez: a sua indole activa e combativa (a *aggressive vitality*, de Whitman), por um lado; por outro, o espirito de solidariedade, o sentimento instinctivo do interesse collectivo, aquillo que van Dyke chama — *the spirit of common order and social cooperation*. Estes dous attributos — um de natureza biologica, porque se prende ao temperamento da raça; outro de natureza moral, porque se prende á formação

social e politica do povo — é que asseguram á democracia ingleza esta surprehendente vitalidade, que faz a admiração e tambem o desespero de todos os povos não saxonicos do mundo.

Ora, entre nós nada disso acontece — e a simples concessão do suffragio a todos os cidadãos não bastaria para criar aqui estas condições que constituem o ambiente da democracia ingleza.

Não existe solidariedade de classe. Não ha nenhuma classe entre nós realmente organisada, excepto a classe armada. Essas grandes classes populares — que são os orgãos principaes da elaboração da opinião britanica — não tem aqui organisação alguma, ou tem uma organisação rudimentar, sem efficiencia apreciavel sobre os orgãos do Poder, dada a enorme dispersão demographica do paiz: — e são a classe agricola, a classe industrial, a classe commercial, a classe operaria. Todas essas classes vivem em estado de semi-consciencia dos seus proprios direitos e dos seus proprios interesses, e de absoluta inconsciencia da sua propria força. São classes dissocia-

das, de typo amorpho e inorganico, em estado de desintegração profunda. Quando, porventura, algumas fracções dellas se organisam aqui ou alli (Centros Industriaes, Sociedades Agricolas, Associações Operarias, etc.) ainda assim esses pequenos nucleos de solidariedade profissional não tem espirito militante, nem poder eleitoral proprio, nem influencia directa sobre os orgãos do Poder (1).

Não existe o sentimento do interesse collectivo. Este sentimento, tão profundo nas raças germanicas em geral, especialmente na raça ingleza, é inteiramente nullo no cidadão brazileiro. Já explicamos alhúres a razão historica desta nossa incapacidade — e não é aqui o logar mais proprio para renovar-lhe a demonstração (2). Os que aqui se consagram ao bem publico desinteressadamente são typos excepcionaes, cujos esforços se perdem no meio da indifferença, ou da inercia, ou do retrahi-

(1) vide adeante:— *O poder da opinião e as fontes da opinião.*

(2) vide — *Populações Meridionaes,* cap. IX.

mento da maioria. De modo que falta aqui terreno propicio a esses brilhantes movimentos em pról do bem collectivo, de que são tão ferteis os grupos anglo-saxonios.

Esta ausencia de sentimentos dos interesses geraes é que explica o insuccesso de todas aquellas instituições sociaes, em que não ha em jogo o interesse pessoal dos cooperadores. O serviço do Jury, por exemplo: ninguem entre nós o presta com o sentimento de estar cumprindo um dever de cidadão — como entre os inglezes; ao contrario, presta-o contrafeito e esforça-se por evadir-se a elle por todos os meios. O mesmo se dá com o serviço militar, ou o serviço eleitoral. Em relação a este ultimo, sabemos bem o que se passa: o eleitor vae á urna para comprazer o chefe local, ou porque ahi o leva o *boss* do partido; nunca, porém, por um impulso superior de civismo, por um movimento espontaneo da sua consciencia — para o fim de constituir os orgãos do governo politico da sociedade. Ir ás urnas, como servir no jury, como exercer qualquer cargo não remunerado, mas benefico á collectividade,

representa tudo isto, para 99 % de nós brazileiros, um «sacrificio», um «incommodo», uma «massada». — Este é um dos traços mais caracteristicos da nossa psychologia social e, infelizmente, estamos muito longe de vel-o desapparecer como elemento determinante da nossa conducta na vida publica.

Um ambiente como este, portanto, é o menos propicio ao florescimento de um regimen de opinião, á maneira saxonia. Este regimen tem aqui tantas condições de vitalidade, quantas teria uma cobaia dentro de uma campanula, em que se fizesse o vacuo. Pretendendo instituir entre nós um regimen de opinião, os constituintes republicanos foram victimas inconscientes de uma grande illusão. O edificio que construiram, de tão magestosa fachada, não se assenta, como se vê, sobre alicerces de realidades; assenta-se sobre ficções — e nada mais.

VI

Desta ausencia de opinião organisada, desta ausencia de opinião publica, de opinião democratica — o que é, aliás, consequencia da nossa propria formação social — resulta, como vimos, o fracasso do regimen estabelecido pela Carta de 24 de Fevereiro, bem como todos os «males» e «corrupções», de que o estamos, ha mais de trinta annos, accusando: — o monopolio dos orgãos do poder pelas pequenas parcerias politicantes, que entre si distribuem os cargos publicos; consequentemente, os congressos federaes unanimes, as assembléas estaduaes unanimes, as camaras municipaes unanimes; e, portanto, a inevitavel subordinação de todos esses corpos legislativos

e representativos aos chefes do executivo municipal, do executivo estadual e do executivo federal. Tudo isto são factos naturaes, perfeitamente logicos, num povo que não tem — porque não podia ter — nem espirito democratico, nem sentimento democratico, nem, portanto, habitos e tradições democraticas. Fazendo dos cargos publicos e, consequentemente, do thesouro publico cousa da sua propriedade privativa, os nossos clans partidarios, que manipulam o governo da União, dos Estados e dos Municipios, estão na mesma situação de um individuo que se apoderasse de uma *res derelicta*.

Realmente, em boa verdade — e considerando de um ponto de vista objectivo o phenomeno — talvez devamos ser, de um certo modo, gratos a estes clans politicantes: pelo menos, elles nos prestam o serviço de organisar essa cousa essencial e que, entretanto, o Povo, o nosso Povo, pela sua inaptidão democratica, se mostra incapaz de organisar: o quadro dos poderes publicos do paiz.

Porque é natural que se pergunte: —

Entregue a si mesmo, á sua propria espontaneidade, o nosso povo seria capaz de constituir a nossa super-estructura politico-administrativa? É duvidoso. O que se observa nos municipios do paiz parece indicar que, sem a actividade desses nodulos politicantes, os conselhos communaes, as nossas famosas camaras municipaes, não se constituiriam. Como suppôr então que, sem a intervenção desses grupos politicantes, poderiamos constituir o apparelho ainda mais complexo dos poderes publicos da União e dos Estados?

Estas grandes e pequenas olygarchias não são, pois, em si mesmas, condemnaveis. Num povo como o nosso, ellas são mesmo inevitaveis. Diremos mais: ellas são necessarias.

O grande problema não está em destruil-as; está em educal-as, em disciplinal-as, em reduzir-lhes a capacidade de fazer o mal e augmentar-lhes a capacidade de fazer o bem. Todo o mal, de que as accusamos, provém de que ellas actuam, por assim dizer, no vacuo — sem o correctivo ou a compressão disciplinada de uma at-

mosphera de opinião publica, que não se formou nem organizou, e que, portanto, não as pode orientar nem inspirar. Conduzindo-se por sua propria inspiração, sem nenhuma outra contra-pressão exterior, essas olygarchias se deixam naturalmente tomar de todos os exclusivismos, de todos os unilateralismos, de todas as perversões do senso julgador, insitos á logica gregaria e ao espirito de partidarismo.

Dahi a sua conducta sempre em contradicção com o interesse geral. Este é ferido, é esquecido, é despresado, porque não se faz valer junto do Poder, não se organisa de uma maneira efficiente para compellir o Poder a respeital-o e attendel-o.

VII

Os inconvenientes desse funccionamento no vacuo das olygarchias politicantes têm a sua mais esplendente exemplificação no modo por que se faz o governo da União. Cada presidente da republica improvisa um programma administrativo. Diremos melhor: cada presidente da republica é *forçado* a improvisar um programma administrativo. E isto porque todas as vezes que ascende ao poder um novo presidente, a Nação inteira fica attenta, toda ouvidos e toda olhos, num grande silencio, á espera que elle diga o que ella, a Nação, precisa para a sua salvação e prosperidade.

Nenhuma classe vem a elle para dizer-lhe com dignidade: — Nós, que conhece-

mos os nossos interesses melhor do que vós, queremos para nosso bem taes e taes providencias.

Nenhuma classe vem a elle para dizer-lhe com imperio: — Somos alguns milhares, ou alguns milhões de interesses espalhados por todo o paiz, todos unidos e confederados numa poderosa solidariedade. E, em nome delles, pedimos isto e mais isto.

Nenhuma classe vem a elle para dizer-lhe com arrogancia: — Somos unidos, somos organisados, somos fortes. Podemos, si quizermos, agitar o paiz. Exigimos, pois, para o nosso bem, para a melhoria dos nossos interesses, taes e taes medidas, taes e taes reformas.»

Nada. Em vez disso, toda a Nação limita-se a esperar. Toda a Nação *espera* na omnisciencia do governo, na omnisciencia do poder, na omnisciencia do presidente; — do presidente que, em regra, é apenas um excellente e honrado bacharel! É o presidente — sorte de Jupiter prodigioso — que tem de arrancar de si mesmo, da sua mente olympica, toda uma serie de programmas salvadores:

— um programma de salvação para a classe agricola;

— um programma de salvação para a classe industrial;

— um programma de salvação para a classe commercial;

— um programma de salvação para a classe operaria;

— um programma de salvação para cada uma das outras classes, em que se divide a Nação!

Na Inglaterra é o contrario disto. Lá, ninguem confia na omnisciencia do governo. Pode-se dizer mesmo que ninguem cultiva alli a crença, tão generalisada entre nós, no patriotismo *espontaneo* do governo. Cada classe organisa-se e defende os seus interesses da melhor maneira, movimenta-se, reclama, protesta e, se fôr preciso, revolta-se e lucta. Não espera passivamente que o governo, tocado de sentimentos de carinho paternal, vá a ella inquirir do que ella precisa para o seu bem e prosperidade. Ella mesma é que vae ao governo, cheia

da consciencia robusta e clara dos seus proprios interesses, e o esclarece, e o provoca, e o inquieta, com a frequencia dos seus reclamos, com a constancia das suas suggestões, com a impertinencia mesma das suas ameaças.

Os governos alli não tem propriamente um programma seu, brotado da sua mente, como Minerva da mente de Zeus: são apenas meros executores, vão realisar programmas já elaborados cá fóra, na imprensa, nos comicios, nas cathedras, nos livros, pela acção dos grandes partidos e das grandes solidariedades de classes: as ligas, as associações, os syndicatos.

Não é, pois, o silencio o que se faz em torno de cada governo. Nenhuma classe alli espera, muda e queda, a sollicitude paternal do Poder. Ao contrario disto, todas pedem, todas exigem: em summa — todas *querem* dirigir o Poder. E' isto o que constitue a *democracia* ingleza. Nisto é que está o que os inglezes chamam — «governo da opinião».

Comprehende-se então porque ha alli governos devotados á causa publica, go-

vernos nacionaes: governos patrioticos. Elles assim se mostram, não propriamente por um movimento espontaneo da sua alma, por um impulso generoso do seu coração de patriotas; mas, porque são compellidos a isto por essa incoercivel e irresistivel *pressure from without* da opinião organisada e militante.

Entre nós nada disso se vê. Não ha aqui nem organisação de classes, nem organisação da opinião: a unica organisação, que os presidentes encontram em torno de si, cercando-os, suggestionando-os, exigindo, impondo, são os clans facciosos, que os elegem. Estes é que acabam dominando-os inteiramente e reduzindo-os, por fim, a simples instrumentos dos seus interesses e ambições. Eis porque o «governo do povo», idealisado pelos sonhadores da Constituinte, se torna aqui apenas o governo das *coteries* politicantes.

Não culpemos, pois, os detentores do Poder. Elles são apenas as victimas das proprias circumstancias, em que actuam: no meio do silencio geral do paiz, nada

mais natural que elles acabem ouvindo exclusivamente a voz que se faz ouvir com insistencia e persuasão: a voz dos interesses partidarios que os cercam.

O nosso grande problema politico, portanto, não está em atacar os governos por não serem patrioticos, ou por não se resolverem a ser patrioticos; o nosso grande problema politico está em *obrigar* os governos a serem patrioticos.

Ora, só ha um meio legal de obrigar os governos a agirem patrioticamente, isto é, a servirem á causa publica e aos interesses collectivos, em vez de servirem, de preferencia, os interesses dos seus grupos partidarios e dos seus clans eleitoraes: é organisar a Opinião, isto é, organisar a *pressure from without,* á maneira ingleza. Ou isto, ou a democracia republicana no Brazil será apenas um eterno sonho.

Nós, com effeito — em parte, pela acção da intoxicação ideologica dos doutrinadores do liberalismo; em parte, pela acção quotidiana da imprensa, que (quando amiga) proclama sonoramente o «patriotismo

O IDEALISMO DA CONSTITUIÇÃO

do governo», e (quando inimiga) nega sonoramente o «patriotismo do governo» — nós brazileiros, vivemos budhicamente mergulhados nessa doce espectativa utopica de esperar no «patriotismo dos governos» — um patriotismo-geração espontanea, de origem endogena, sorte de *jactus animi* lucreciano, surgido das proprias entranhas dos patriotas que governam!

Neste ponto, não ha duvida que somos ingenuos como um poeta lyrico de vinte annos... Porque a verdade é que não ha governos patrioticos — isto é, governos que sejam patrioticos *espontaneamente.* Todo governo — desde que, como o nosso, actue no vacuo, sem a pressão de uma opinião publica organisada — acaba sempre, inevitavelmente, fatalmente, humanissimamente, governo de partido; logo, governo de facção; logo, governo de clan; logo, mau governo!

Estas verdades é que se devem fixar bem, com nitidez e suggestividade, na mente popular. É preciso destruir na mentalidade do nosso povo esse funesto preconceito dos governos patrioticos. É preciso

convencel-o de que nada ha a esperar do patriotismo *espontaneo* dos que estão no poder, e que o unico meio de tornal-os patriotas é obrigal-os a isso por uma pressão *externa* — vasta, organisada, poderosa.

VIII

Todas essas considerações nos deixam ver que o problema da nossa organisação politica é muito mais complexo do que parece áquelles que pensam poder resolvel-o com simples reformas constitucionaes. De certo, os que assim pensam são espiritos que ainda cultivam a velha crença superstíciosa no poder das formulas escriptas e devem naturalmente ser tambem espiritos bemaventurados, ou, pelo menos, com a bemaventurança assegurada; porque o que os factos têm demonstrado e a experiencia comprovado é que somente pela virtude dos textos constitucionaes não conseguiremos reorganisação alguma.

O erro destes espiritos theorisadores,

ou antes, a illusão delles, está na convicção em que todos elles vivem — de que uma reforma *politica* só é possivel por *meios politicos*. Elles não concebem que haja outros meios capazes de modificar as condições da vida politica de uma sociedade sinão a modificação das suas instituições de direito publico.

Ora — para o nosso caso, por exemplo — a verdade é que as reformas politicas, isto é, as reformas constitucionaes, serão apenas auxiliares de outras reformas maiores, de caracter social e economico, que deveremos realisar, se quizermos estabelecer aqui o «regimen democratico», o «regimen da opinião», o «regimen do governo do povo pelo povo». Pode-se dizer mesmo que o estabelecimento deste regimen politico em nosso povo é antes de tudo um problema social e economico — e só secundariamente um problema politico e constitucional.

Um exemplo bastará para esclarecer este ponto. — O grosso do nosso eleitorado, como sabemos, está no campo e é formado pela nossa população rural. Ora, os 9/10

da nossa população rural são compostos — devido á nossa organisação economica e á nossa legislação civil — de pariás, sem terra, sem lar, sem justiça e sem direitos, todos *dependentes* inteiramente dos grandes senhores territoriaes; de modo que — mesmo quando tivessem *consciencia* dos seus direitos politicos (e, realmente, não têm...) e quizessem exercel-os de um modo autonomo — não poderiam fazel-o. E isto porque qualquer velleidade de independencia da parte desses pariás seria punida com a expulsão ou o despejo immediato pelo grande senhor de terras. O grosso de nossa massa eleitoral não tem, portanto, *independencia* de opinião. Ora, os meios mais efficazes para assegurar essa independencia não serão, por certo, o «suffragio universal», nem a «eleição directa», nem o «voto secreto», nem o «*self-government* local»; mas sim outros meios, de natureza economica e social: o estabelecimento da «pequena propriedade»; um systema de «arrendamentos a longo prazo» ou um «regimen de caracter emphyteutico»; a diffusão do «espirito corporativo» e das «ins-

tituições de solidariedade social»; uma «organisação judiciaria» expedita, prompta e efficaz; uma «magistratura autonoma», com força moral e material para dominar o arbitrio dos mandões locaes, etc. Nenhuma dessas reformas tem qualquer caracter ou constitucional; mas, somente ellas serão capazes de dar á nossa plebe rural, base do eleitorado nacional, esses indispensaveis attributos de independencia e altivez, sem os quaes a famosa «soberania do povo» não tem significação alguma.

É um exemplo apenas entre mil; mas, este exemplo basta para nos mostrar como as grandes modificações da nossa vida politica escapam ao dominio exclusivo das reformas de caracter puramente constitucional. Estas reformas no texto da Constituição representarão apenas *um* dos meios da nossa reorganisação politica, e, ainda assim, meio subsidiario ou accessorio; mas, nunca meio principal e, muito menos ainda, meio *unico*.

IX

Esta maneira de encarar o problema de nossa reorganisação politica está em evidente antagonismo com o velho idealismo dos «historicos».

Estes eram espiritos deductivos, que partiam de certos postulados utopicos e delles extrahiam os elementos estructuraes do seu systema politico. Careciam do sentido objectivo da realidade e nem julgavam necessario possuil-o. Tendo de organisar uma Constituição para o Brazil ou para o Cambodge, para o povo inglez ou para um kraal da Hottentocia, criariam o mesmo systema de governo, com as mesmas peças, as mesmas articulações, a mesma constructura, o mesmo modo de funcciona-

mento, os mesmos freios, as mesmas valvulas de segurança: não lhe modificariam nada, não alterariam siquer o tamanho da cabeça de um parafuso — porque isto equivaleria a comprometter a «belleza do regimen» ou quebrar a «harmonia do systema».

Ora, nós, os homens de agora, não podemos continuar a cultivar este ingenuo estado d'alma de esthetas de Constituições. O nosso objectivo não será mais a «harmonia», nem a «belleza»; mas, sim a «conveniencia» e a «adaptação». O que devemos querer não são regimens bellos ou harmonicos, mas sim regimens convenientes e adaptados ao nosso povo.

Por isso mesmo, o problema politico do Brazil ha de ser resolvido com uma mentalidade diversa da mentalidade sonhadora dos «historicos», ou dos que lhes continuam a tradição. Devemos, pois, reagir, desde já, contra esses dous preconceitos do velho idealismo republicano: o preconceito do poder das formulas escriptas e o preconceito das reorganisações politicas só possiveis por meios politicos.

Não nos podemos inspirar mais nes-

tes principios abstractos, nem nos constringir dentro das estreitezas desse unilateralismo doutrinario. O nosso futuro legislador constituinte tem que possuir uma mentalidade mais ampla e mais illuminada, uma intelligencia mais realista e objectiva, uma consciencia mais *humana* da relatividade dos systemas politicos. E, sobretudo, um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiosyncrasias, das nossas falhas, das nossa insufficiencias, da nossa condição de povo em formação; de modo que, na elaboração das suas reformas e na architectura do novo systema politico, possa — como o Jesus, de Renan — «rester toujours près de la nature». Isto é, antes de se mostrar homem do seu tempo, possa mostrar-se homem da sua raça e do seu meio.

OPINIÃO E GOVERNO

O ultimo movimento grevista dos mineiros inglezes nos deixou ver, no segredo das suas molas interiores, o mecanismo da opinião ingleza — dessa opinião que tem sido, ha cem annos, o embeleco dos nossos chamados espiritos liberaes. Elle mostrou que o fundamento principal da opinião britannica está no espirito de cooperação e na solidariedade das classes. Esta é que dá á opinião popular britannica o seu caracter propriamente *democratico*, isto é, o seu poder coercitivo sobre os detentores eventuaes dos apparelhos do governo. Mesmo sem a revelação das ur-

nas, mesmo sem o voto, um grupo poderoso de interesses, fortemente congregados, representando uma massa de quasi cinco milhões de homens, conseguiu — pela força exclusiva da sua solidariedade — impôr a sua opinião ao poder organizado.

Donde se póde concluir que o voto não é condição essencial para que a opinião popular se possa manifestar e — o que é mais — impôr-se, ou fazer-se ouvida e attendida. Eu avançarei mesmo que não seria absurdo imaginar-se a possibilidade de uma perfeita democracia funccionando sem eleições...

Os nossos politicos e publicistas, em grande maioria, parece que não pensam assim. Para elles tudo numa democracia reside no voto, depende do voto, resolve-se pelo voto. Ha cem annos, não têm feito outra coisa senão organizar o voto, preparar o voto e... corromper o voto. São votomanos, votólatras e votóparos. Todas as vezes que pensam no problema da democracia, a primeira idéa que lhes acode é o voto (e parece que não lhes acóde mais nada). Dentro da cabeça de cada um, ha sempre,

em estado hibernante, esperando o momento para brotar, a semente ou a gemmula de um systemazinho eleitoral. Cada um tem o seu — chocadinho, mimadinho, tratadinho. É de vel-os, bracejantes, ardentes, gritarem a plenos pulmões: *Organizemos o voto! Saneemos o voto! Moralizemos o voto!* E ficam nisto, e limitam-se a isto, e não sáem disto. Entretanto, nenhum delles se lembra de gritar a palavra justa, a palavra verdadeira, aquillo que devia ser gritado aos quatro cantos do paiz: *Organizemos a opinião!*

Porque isto é que é o essencial. Democracia é o governo da opinião. Ora, não é preciso genio para reconhecermos que o voto é apenas *uma* forma porque a opinião do povo se revela e se impõe ao Poder; mas, não a forma *unica,* e nem sempre a melhor forma, ou a forma mais efficiente. Ha muitas outras modalidades de expressão da opinião popular, isto é, muitos outros meios pelos quaes a opinião popular se mostra capaz de forçar o Poder a obedecel-a.

Na Inglaterra grande numero de refor-

mas são realizadas sem nenhuma previa manifestação eleitoral, apenas por simples acção compressiva, exercida pela opinião publica sobre o Parlamento.

Em nossa historia temos tambem bellos exemplos disto. Direi mesmo que os nossos maiores movimentos de opinião — como o movimento abolicionista, por exemplo — fizeram a sua carreira e impuzeram-se ao Poder extra-eleitoralmente; quero dizer: fóra da manifestação das urnas, independentemente dellas.

Realmente, o triumpho do movimento abolicionista foi um legitimo triumpho da opinião publica; mas, esta opinião publica triumphou, não porque, por meio da famosa «manifestação das urnas», elegesse expressamente uma camara abolicionista, e sim porque, no espaço que medeia entre 84 (fracasso do projecto Dantas) e 88 (advento do gabinete João Alfredo), conseguiu fazer com que um Parlamento hostil á idéa abolicionista se visse moral e politicamente coagido a tornar-se um Parlamento favoravel á idéa abolicionista.

Foi este, por certo, em nossa historia,

o mais bello caso daquillo que os politicos inglezes chamam a — *pressure from without*, a pressão vinda do povo, a força coercitiva da opinião popular, obrigando, forçando, coagindo os detentores do Poder a obedecel-a.

Mesmo agora, nós estamos vendo o governo, se não recuar, pelo menos revelar espirito de transigencia e mostrar-se propenso a ouvir os reclamos da opinião, deante do movimento, aliás informe e inorganico, das nossas classes productoras contra o imposto da renda. Se este movimento tomar corpo e vencer (e vencerá se houver persistencia e solidariedade das classes interessadas), estaremos deante de um novo caso de *pressure from without*, á bôa maneira anglo-saxonia — em que, *independentemente de qualquer manifestação pelas urnas*, sem nenhuma renovação dos quadros dos poderes dirigentes, a nossa rudimentarissima opinião popular — pela simples acção moral do seu protesto, *expresso por orgãos legitimos* — pôde coagir o Poder a ouvil-a e a attendêl-a [1].

[1] v. adeante:— *O poder da opinião.*

Democracia é isto. Como se vê, ella póde perfeitamente realizar-se sem eleições e mesmo sem eleitores. Eleições e eleitores não são coisas principaes numa democracia; são meios para attingir o fim, — e não são nem o meio unico, nem o melhor dos meios. O que é principal numa democracia é a existencia de uma opinião organizada.

O PODER DA OPINIÃO E AS FONTES DA OPINIÃO

O PODER DA OPINIÃO E AS FONTES DA OPINIÃO

O principal numa democracia — já o disse nas paginas anteriores — é a existencia de uma opinião organizada, de que o voto seja apenas uma manifestação espaçada: periodica e não principal. O modo principal, mais significativo, mais efficiente, de manifestação da opinião organizada é essa sorte de pressão moral exercida pelas agitações populares, quando racionalmente conduzidas, como no caso da campanha abolicionista, em que vemos a opinião do povo dominar a opinião do Parlamento recalcitrante pela força exclusiva

de uma pressão moral — e não por meio de qualquer manifestação eleitoral.

Outros citam tambem, como exemplo desta pressão popular, o movimento da Independencia, o 7 de Abril, a Maioridade, a Federação e a Republica.

Não sei si seria muito exacto considerarmos puras victorias da opinião a Republica e a Federação (1); mas, o 7 de Abril e a Independencia podem ser considerados como taes, apesar das apparencias militaristas do primeiro.

Poderiamos citar outro exemplo, este muito recente, do poder compressivo da opinião: a nossa entrada na grande guerra. O nosso governo estava recalcitrante em avançar este passo. Houve, porém, um largo movimento da opinião em favor da nossa participação. Os jornaes alliadophilos, que eram quasi toda a nossa imprensa, exploravam com admiravel insistencia esse fundo nativo de sympathia que temos pela França. Por fim, deu-se a intervenção

(1) V. Oliveira Vianna — *O occaso do Imperio*, cap. I e III.

de Ruy, com a sua eloquencia e a sua dialectica — e isto nos acabou por impellir decisivamente para o lado da velha nação latina e dos seus alliados. O governo teve que ceder a esta pressão poderosa da opinião publica — e a politica da neutralidade encarnada em Lauro Muller cedeu o logar á politica da guerra encarnada em Nilo Peçanha.

É um facto de hontem; mas toda a nossa historia politica está cheia de factos eguaes.

Eu tiro então de tudo isto uma conclusão muito differente do juizo que todos costumamos fazer das relações entre a opinião e o governo em nosso paiz. Este juizo corrente é de que os nossos governos andam sempre divorciados da opinião. Ora, eu vejo justamente o contrario disto: os nossos governos (e quando digo os nossos governos entendo o longo periodo da nossa historia independente) se têm mostrado de uma extrema sensibilidade ás manifestações da opinião.

Ha apenas uma condição a estabelecer: é que essa sensibilidade á opinião só se dá

quando esta opinião se revela de uma maneira realmente popular, através das suas fontes legitimas.

Escrevo «fontes legitimas» — e o faço de proposito; porque o centro da questão está ahi. No Brasil, só ha até agora para a opinião publica duas fontes de jacto continuo — a imprensa e os partidos politicos. Todas as outras são de jacto intermittente, actuando, ás vezes, com intervallos enormes.

Em boa verdade, a simplicidade é ainda maior e podemos dizer que só ha realmente uma fonte da opinião: a dos partidos politicos; porque a imprensa é antes uma expressão da opinião dos partidos do que uma fonte independente e propria. Ora, os partidos manifestam a sua opinião de duas formas: pelas maiorias e minorias legislativas e pela imprensa governista e opposionista. Neste mecanismo simplicissimo está contido todo o nosso systema de fontes da opinião, da especie jacto continuo. Todo o dynamismo por assim dizer quotidiano da nossa democracia vem

dahi — e só excepcionalmente e extraordinariamente vem de outras fontes.

Deste systema de fontes da opinião, eu afasto, para argumentar, as maiorias parlamentares e a imprensa governista — porque ambas, representando o pensamento dos governos, não figuram como agentes modificadores deste pensamento. Ficam em campo apenas estes dois elementos: a imprensa opposicionista e as minorias parlamentares. Estas é que passam a representar então a «opinião do povo» — e são ellas que forçam por dobrar á sua feição o pensamento dos governos.

Conseguem? Não. Por que? Porque, *aos olhos dos governos*, não são fontes legitimas da opinião — e sim fontes suspeitas, inspiradas nos despeitos, nas animosidades e nos odios partidarios.

Os governos têm razão em pensar assim?

Não me compete verifical-o. O que sei é que elles pensam assim — e, por isso mesmo, a estas revelações da opinião elles não se julgam no dever de attendel-as: para estas a sua insensibilidade é manifesta; não

ha negal-o. Todas as vezes, porém, que a estes movimentos da opinião, de caracter estrictamente partidario, ajuntam-se outros movimentos da opinião, vindos de outros campos da vida social ou publica, os nossos governos tornam-se, ao contrario, de uma extrema sensibilidade á pressão popular — e cedem facil e rapidamente, como já vimos.

O grande mal está justamente nisto, está em que todas essas fontes da opinião popular, *de caracter não partidario*, agem, em nossa democracia, sempre com uma feição intermittente, descontinua, irregular, excepcional. Todo o problema está em tornal-as permanentes; quero dizer: em tornal-as — fontes de jacto continuo [1].

[1] v. adeante:— *Opinião e governo*.

O PAPEL POLITICO DAS CLASSES ECONOMICAS

O PAPEL POLITICO DAS CLASSES ECONOMICAS

Ha um anno, pelos meiados de 1926, assistimos um acontecimento da maior significação no ponto de vista do desenvolvimento do espirito democratico: quasi simultaneamente, o Commercio e a Industria de São Paulo, pelos seus orgãos legitimamente representativos, realizaram duas conferencias, uma no Rio e outra na capital paulista, respectivamente com o presidente da Republica e com o presidente do Estado, para o fim de assentarem as medidas que estes deviam tomar em favor dos interesses daquelles, fortemente abalados

pela grave crise de numerario em que então se debatia a praça.

É preciso observar que esta grave crise de numerario resultou da acção do governo sobre o nosso apparelhamento monetario, sobre os meios em que se exercita a actividade bancaria do paiz. Esta acção do governo obedecia a uma certa politica, a um certo plano, maduramente estabelecido nos bastidores da administração geral.

Ora, posta em acção, esta politica começou a lançar a perturbação no campo das nossas actividades economicas. Os interesses da Industria e do Commercio e, pela repercussão destes, os interesses da Agricultura, começaram a se resentir della e entraram a atravessar um cyclo de alarmante gravidade, de que as successivas fallencias e concordatas preventivas, algumas de empresas poderosas, eram claros symptomas denunciadores.

Era preciso então levar o governo a mudar de rumo, a quebrar a sua directriz, em summa, a renunciar a sua politica financeira. Os grandes interesses economicos tinham que agir com presteza e energia

para levar o governo a modificar a sua attitude.

Como realizaram este objectivo? O meio de que se utilizaram é uma prova da sensivel evolução por que está passando a mentalidade das nossas classes economicas, ou melhor, a mentalidade dos seus grandes *leaders*.

Logicamente, este movimento junto ao Poder devia caber aos que, pela ficção do regimen representativo, costumamos chamar «os representantes do povo». Pois bem, as duas grandes classes productoras, attingidas assim pela politica do governo, dispensaram-se, quasi sem dar por isto, destes intermediarios naturaes entre ellas e o Poder — e foram *directamente* ao Poder expor-lhe as crúas realidades da situação e, ao mesmo tempo, suggerir um plano de medidas necessarias á conjuração da crise. Os dois presidentes as ouviram com attenção e benevolencia, acceitaram, num livre debate, os alvitres dos interessados, que eram alvitres de technicos e de entendidos — e deste entendimento amistoso resultou a promessa de uma série de medidas

de emergencia, que importavam, entretanto, numa franca modificação da politica financeira até aquelle momento seguida pelo governo.

Este movimento das classes industriaes e commerciaes não parece ter sido considerado na sua verdadeira significação; mas, para mim, elle abre uma phase nova na vida da nossa rudimentar democracia, assignala o começo de uma profunda transformação dos nossos costumes politicos. Eu vejo nelle o primeiro passo para a constituição, *com caracter permanente*, junto ao Poder, dos orgãos consultivos das nossas classes economicas. Tudo está em reiterar este expediente, tornal-o uma praxe, fixal-o em costume, organizal-o em tradição.

Quem estuda em Guizot as origens do regimen parlamentar, verá que os parlamentos começaram assim — como simples delegações de classes sociaes junto do Poder, primeiro com caracter excepcional, depois com caracter periodico e permanente. O expediente do momento normalizou-se, incorporando-se ao quadro das instituições

politicas e gerando os parlamentos modernos.

Estes, porém, depois de um cyclo de esplendor e força, começam evidentemente a entrar numa phase de evidente involução. Passaram a ser apenas a expressão dos interesses dos grupos partidarios, isto é, daquelles grupos sociaes, cuja razão de ser é a conquista do Poder.

Os grandes interesses nacionaes, taes como os interesses da vida economica, estes estão procurando outros orgãos de expressão mais competentes, mais efficazes, mais representativos do que as corporações estrictamente politicas.

E um movimento se está operando em todo o mundo e que, aqui, tambem se começa a revelar, sem nenhuma outra causa explicativa, sinão a propria força das circumstancias, a força das proprias condições do meio e do momento. Os parlamentos deixam ver cada vez mais a sua inutilidade, a sua imprestabilidade como orgãos auxiliares do governo politico das sociedades. Em compensação, cada vez mais se generaliza a praxe do entendimento *directo* do go-

verno com os orgãos representativos dos grandes interesses sociaes. Estes interesses sociaes, que, até então, se entendiam com o poder por intermedio do Parlamento, dos «mandatarios do povo», como se dizia (e penso que ainda se diz...); estes interesses agora já passam a procurar o proprio Poder, a debater, frente a frente com elle, num ambiente de perfeita cordialidade, os seus direitos, a expor as suas necessidades, a suggerir-lhe os seus planos de acção, com um conhecimento de causa que nenhum dos chamados «representantes do povo» poderia, em caso algum, possuir.

Os homens de Estado, verdadeiramente empenhados em realizar a prosperidade nacional, em corresponder á confiança do paiz, em deixar de si alguma cousa perduravel e fecunda, encontram nestas delegações de classes, que, em torno delles, se vão organizando a mais preciosa fonte de inspirações á sua actividade administrativa. Os parlamentos vão sendo insensivelmente postos de lado e não sei si seria exaggerado dizer que se estão tornando progressivamente um apparelho inutil e dispendioso.

Os homens de governo, que querem fazer administração e não politica, não encontram nelles nenhuma fonte segura e sadia de orientação, capaz de norteal-os na gestão dos negocios publicos.

Esta decadencia dos parlamentos e a crescente importancia das delegações de classes nos conselhos do governo têm a sua explicação na propria estructura das sociedades modernas. O advento da grande industria, os modernos processos de negocios, as grandes concentrações commerciaes, a crescente industrialização do trabalho agricola, etc., deram aos interesses economicos, que são os interesses vitaes da sociedade, uma complexidade tal de organização e de technica que elles se tornaram, por isso mesmo, logicamente, fóra do alcance das corporações puramente politicas, cujos elementos componentes só conhecem bem o manejo dos interesses eleitoraes e só têm realmente contacto com os meios partidarios.

O que devemos desejar é que as nossas classes sociaes, não só as economicas como todas as outras, comprehendam essas realidades do nosso tempo e, a exemplo do

que acabam de fazer as classes industriaes e commerciaes, saibam collocar-se, pela sua organização e pela sua solidariedade, á altura da nova missão politica que as espera.

ORGANISAÇÃO DEMOCRATICA DAS CLASSES ECONOMICAS

ORGANISAÇÃO DEMOCRATICA DAS CLASSES ECONOMICAS

No manifesto do Partido Democratico, recentemente fundado em São Paulo, figura como um dos itens do seu programma o seguinte ponto:

— «3.º *Vindicar para a Lavoura, para o Commercio e para a Industria a influencia a quem tem direito, por sua importancia, na direcção dos negocios publicos*».

Eu já tive occasião de mostrar a situação real das nossas grandes classes economicas defronte das organizações partidarias e politicas do paiz. Disse que, se a Lavoura, o Commercio e a Industria não tinham influencia na direcção dos nego-

cios publicos, a culpa não era de ninguem mais senão dessas tres grandes classes productoras (1).

O modo por que está redigido o 3.º item do programma democratico, aquelle emprego da palavra — *vindicar*, tudo dá a entender que a realidade é outra: parece querer dizer que a Agricultura, o Commercio e a Industria estão sendo usurpados ou constrangidos no seu direito de intervir nos negocios publicos, de influir nelles, de dirigil-os — o que não me parece inteiramente exacto.

O que é inteiramente exacto é que se aquellas tres classes productoras não têm nenhuma influencia no governo é simplesmente porque não querem ter, ou porque não sabem ter, ou — o que é mais certo — porque não estão em condições de ter. O caso não é propriamente de esbulho ou de injustiça; o caso é antes de incapacidade ou de negligencia. Porque para estas classes só ha um modo de influirem no go-

(1) *v.* cap. anterior; *O idealismo da Constituição*, § VII.

verno: — é apresentarem-se deante delle como uma massa de interesses conscientes de si mesmos, solidarios e unidos como as moleculas de um bloco — e isto todos nós sabemos que não se dá. Os grandes proprietarios territoriaes do paiz — os que cultivam o café, os que cultivam a canna, os que cultivam o algodão, os que cultivam o cacau, os que criam rebanhos nos carrascaes do Norte, nos campos do Centro, nas planicies do Sul — nenhum delles sabe o que é solidariedade de classe, nenhum delles sente o valor dessa solidariedade, nenhum delles parece ter percebido a força formidavel que ella encerra, a sua incomparavel repercussão sobre a vida economica, sobre a vida social e sobre a vida politica: estão todos atravessando uma especie de phase atomistica, tendo apenas entre si a relação material da proximidade ou da contiguidade, mas inteiramente indifferentes uns aos outros no tocante aos interesses communs — aos interesses de classe.

Não muito differente desta é a situação do Commercio e da Industria. Uma e outra, embora um pouco menos que a agri-

cola, tambem são classes dissociadas — classes em estado atomistico. Dahi para todas as tres a nenhuma influencia no governo politico do paiz. No primeiro ensaio deste volume — *O idealismo da Constituição*, eu penso ter demonstrado este ponto de modo irrespondivel.

O que presumo é que os organizadores do Partido Democratico estão reflectindo apenas o ambiente paulista, onde as classes productoras, direi melhor, onde a classe agricola, composta dos poderosos senhores de latifundios caféeiros, parece ter a possibilidade de tornar-se, de uma hora para outra, *desde que queira*, uma possante organização politica perfeitamente autonoma, isto é, capaz de libertar-se das pequenas aggremiações politicantes locaes, que lhe parasitam a seiva e o prestigio. Seria, porém, illusão suppôr esta possibilidade extensivel a todo o Brasil. Fóra de São Paulo, de norte a sul, o estado atomistico, de que falei acima, domina por inteiro a estructura de cada uma das nossas tres grandes classes economicas.

É por isso que a obra mais benemerita,

que este pugilo de batalhadores poderia prestar ao Brasil, não seria propriamente o bater-se pela adopção do voto secreto — pura miragem destinada a desvanecer-se como todas as outras miragens anteriores. O que a nova aggremiação partidaria poderia fazer de mais benemerito seria uma obra, não de acção politica, mas de acção social—e seria isto: impellir as classes productoras do Brasil no sentido da solidariedade e da organização.

O dia em que cada uma dessas classes tiver apprendido a arregimentar-se para a sua propria defesa; o dia em que cada uma adquirir a viva consciencia da solidariedade dos seus interesses geraes; o dia em que em cada localidade do Brasil houver uma associação agricola, uma associação commercial, uma associação industrial, e em que todos esses pequenos nodulos de solidariedade profissional se acolchetarem, se syndicalizarem, se congregarem em vastas Federações Estaduaes ou Nacionaes; neste dia teremos preparado a materia prima dos verdadeiros partidos politicos. Emquanto não conseguirmos isto, os partidos, que

queiram gravitar em torno de programmas e não em torno de pessoas, serão sempre puras creações artificiaes e, por isso, ephemeras. Todas as nossas tentativas de organização partidaria têm fracassado justamente porque lhes tem faltado sempre esta trama viva das organizações de classe, que é a base anatomica, o tecido cellular dos grandes organismos partidarios inglezes e americanos.

O 3.º item do programma democratico deveria ser redigido assim, de uma maneira compendiosa, mas muito mais proxima da verdade do que a primeira:

— «3.º *Pugnar, por todos os meios capazes de convicção e arrastamento, junto a Lavoura, o Commercio e a Industria para que estas classes productoras realizem o mais rapidamente possivel a sua organização economica e profissional, de modo a poderem exercer a influencia a que têm direito, pela sua importancia, nos negocios publicos*».

O Partido Democratico ficaria assim com uma missão social, cujo exito seria

immensamente superior ao da sua missão politica.

Eu não quero discutir aqui se é ou não é possivel levar as nossas classes economicas á pratica da solidariedade. Direi apenas que, se esta solidariedade puder um dia ser conseguida, poderemos esperar tranquillos o advento da Democracia no Brasil. Mas direi tambem que, se não fôr possivel realizar esta solidariedade, é preciso que renunciemos então a esperança de assistirmos o advento da Democracia no Brasil. Porque a pedra de toque da possibilidade do governo do povo pelo povo em nosso paiz (é este tambem um dos pontos do programma do novo Partido), está nisto: na capacidade das nossas classes productoras de organizarem-se economicamente.

Sem isto, o melhor é contentarmo-nos com o que está: — com o governo do povo por olygarchias broncas, que todos os espiritos capazes de idealidade deverão pugnar para transformar em olygarchias esclarecidas.